

1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS/PR**
2 **Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC**
3 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 5º Andar Bloco 'C' -**
4 **Palácio das Araucárias**
5 **CEP 80530-915**
6 **Curitiba - Paraná**
7



8
9 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR**

10 **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA CEAS/PR 05/04/2013**

11
12 Aos cinco dias do mês de abril do ano de 2013, às 8h30 minutos em primeira convocação no
13 auditório do 7º andar da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social SEDS.
14 Palácio das Araucárias, situada à rua Jacy Loureiro de Campos s/nº Centro Cívico, em Curitiba-
15 PR, foi realizada a **Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social**
16 **CEAS-PR**, para a qual os Conselheiros foram previamente convocados. Nesse primeiro
17 momento, encontravam-se presentes os seguintes Conselheiros, mediante auto apresentação:-
18 Artur (NASA Foz do Iguaçu), Plínio (APAE de Jacarezinho), Vanderlei (Pastoral da Criança
19 Regional de Cascavel), Eugênio Demczuk (Asilo Santa Rita de Irati), Carla Adriana (NUCRESS de
20 União da Vitória), Sirlei Irmer (Usuário BPC de Ivaiporã), Ataíse V.B. Maronese (NUCRESS de
21 Ponta Grossa), Tiago de Matos (Usuário CRAS de Guarapuava), Leandro Meller (SEDS), Márcia
22 Cristina (SEPL), Maria Auxiliadora (PAIF/CRAS de Maringá) Roseli Tonello (APAE de Francisco
23 Beltrão e Pato Branco), Cidete Maria (SESA), totalizando **13 Conselheiros**. Em atenção ao
24 estipulado no Regimento Interno, não havendo quórum qualificado, a 2ª chamada dar-se-ia às
25 9h00 horas, o que realmente ocorreu. Na segunda auto apresentação além dos Conselheiros
26 anteriormente nomeados, contou-se com novas presenças, a saber:- Conselheiros Tânia Mara
27 (SETI), Edite Rocha (CEASA-SEAB), Mara Ferreira (SEDS), Delvana (SEED), Gladys Tortato (SEDS),
28 Larissa Marsolik (SEDS), Almari Aguilar (COHAPAR), totalizando **20 Conselheiros**, quando
29 então o **Presidente Leandro Meller** deu início á **Assembleia Ordinária do CEAS**.
30 Assinaturas constantes da listagem de presença:- **Conselheiros Governamentais:-** Leandro
31 Meller (SEDS), Edite Terezinha da Rocha (SEAB), Sandra Regina Costa (SETI), Tânia Mara
32 Domingues (SETI), Almari Neves Aguilar (COHAPAR), Cidete Maria Chiapetti Casaril (SESA),
33 Márcia Cristina Rebonato do Valle (SEPL), Marli Ap. Batista Vaz Mussolini (SETS), Mara Cristina
34 Ferreira (SEDS), Letícia Reis (SEDS), Larissa Tissot (SEDS), Gladys Tortatto (SEDS).
35 **Conselheiros da Sociedade Civil:-** Vanderlei Augusto da Silva (Pastoral da Criança), Inês
36 Roseli Soares Tonello (APAE), Tiago de Matos (Usuário do Setor CRAS de Goioxim), Eugêio
37 Demczuk (Asilo Santa Rita), Plínio Marcondes Madureira (APAE), Sirlei Irmer (Usuário Benefício de
38 Prestação Continuada BPC), Maria Auxiliadora M. de Lima (Programa de Atenção Integral Família
39 PAIF/CRAS), Ataíse de Lima V.B. Maronese (NUCRESS), Carla Adriana V. Mueller (Ação Social
40 Nossa Senhora de Fátima Ponta Grossa) e Artur dos Santos Andrade (NASA). Saudando a todos,
41 o **Conselheiro Presidente** passou a palavra para **Inês Roseli Tonello**, Vice-Presidente desse
42 colegiado. A Conselheira de forma efusiva deu boas vindas aos presentes, reportando-se á
43 solenidade de posse das duas representações da Sociedade Civil, que no dia anterior
44 formalizaram a sua participação no Conselho Estadual de Assistência Social. Dessa forma
45 indicou a presença no plenário dos **Conselheiros Eugênio Demczuk** (Asilo Santa Rita de Irati)

46 e **Sirlei Irmer** (Usuária BPC de Ivaiporã). Esclareceu ainda que a recomposição das
47 representações da Sociedade Civil ainda não está completa, mas trata-se de um processo que
48 em breve estará findo. Os dois novos Conselheiros usaram da palavra, demonstrando toda a sua
49 disponibilidade em contribuir, dentro das suas possibilidades. **Apreciação e aprovação da**
50 **pauta.** Foi sugerido pelo **Conselheiro Plínio**, a possibilidade dos Escritórios Regionais
51 efetuarem um levantamento, vistoriando a lisura do funcionamento dos serviços de CRAS e
52 CREAS **Informes da Coordenadora Mara Ferreira (PSE)**, - Informes da Vice-Presidente
53 Roseli, referente reunião do FONACEAS **APROVADAS** as referidas inserções e a pauta como um
54 todo. **Apreciação da Ata referente Assembleia de março/2013 APROVADA, com 1**
55 **abstenção tendo em vista que o Conselheiro Vanderlei Augusto da Silva informou não**
56 **ter recebido esse documento e sim o seu Suplente Pedro L. Hoffmann, que se fez**
57 **presente naquela plenária.** Após esse esclarecimento, pediu a palavra a **Conselheira Vice-**
58 **Presidente Roseli Tonello** entendendo que por uma questão de justiça desejava parabenizar
59 a servidora Regina Amasiles R. Costa (da equipe da SEC), pela qualidade da redação das atas,
60 constituídas por textos muito bem redigidos. Enfatizou também a quantidade de informações
61 repassadas pela Secretaria Executiva, avaliando que em muito auxiliam o desempenho das
62 atividades dos Conselheiros. Dessa forma, parabenizou também a **Secretária Executiva**
63 **Helena N. Gimenez**, com cumprimentos extensivos a toda a sua equipe. **Informes da**
64 **Secretaria Executiva Helena N. Gimenez**, em 11/03/2013 foi recebido o Livro Presidência
65 da República Comunicação Social Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro, 13/03/2013
66 Memorando 042/2013 E. R. De Irati Documentação do candidato ao CEAS, 15/03/2013
67 Memorando 019/2013 E.R Ivaiporã - Inscrição da representante de usuário da Regional de
68 Ivaiporã 20/03/2013, Memorando 097/2013 E.R. Guarapuava com anexo ofício 08/2013 da
69 Associação de Deficientes Físicos de Guarapuava, 20/03/2013 Ofício Circular
70 001/2013/SE/CNAS/MDS CNAS Reunião descentralizada e ampliada do Conselho Nacional de
71 Assistência Social. No dia 27/03, a Conselheira Gislaiane, justifica a ausência na reunião do CEAS
72 por motivos de trabalho, sua suplente, Suellen também justifica ausência por conta de
73 tratamentos de saúde. No dia 01/04, a Conselheira Mariluz do E.R Francisco Beltrão também
74 justifica ausência por conta de compromissos de trabalho no E.R. No dia 02/04, a Conselheira
75 Eunícia da SEJU justifica ausência na reunião, por conta de um procedimento cirúrgico de sua
76 filha. Informa ainda que comunicou a sua suplente para estar presente na reunião. No dia
77 02/04, a Conselheira Carolina justificou ausência na reunião por motivos de trabalho, informa
78 também que o seu suplente não poderá comparecer pelo mesmo motivo. A Conselheira
79 Aparecida, encaminhou justificativa de ausência na reunião, também por motivos de trabalho.
80 No dia 04/04, a Conselheira Sandra da SETI, justifica ausência no período da manhã da reunião
81 plenária do dia 05/04, e informa que a suplente Tânia estará presente. No dia 04/04, Vera da
82 COHAPAR e Delvana da SEED encaminharam justificativas de ausências na reunião das
83 Comissões, no dia 04/04. Justificativa de ausência da Conselheira Daiana. Na sequência, o
84 **Conselheiro Presidente Leandro Meller** relatou que os trâmites para definir a nova escolha
85 dos representantes dos Escritórios Regionais para participar do CEAS/PR, já está em andamento.
86 • **Relatórios das Comissões Temáticas.** • **Comissão de Financiamento e**
87 **Gerenciamento do Fundo – Relator Conselheiro Leandro Meller, em substituição à**
88 **Conselheira Marcela (a qual está ausente devido a compromissos de trabalho):- 1.1-**

89 **Relato da Comissão de Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional:** A
90 Comissão de Reordenamento não se reuniu este mês por entender que a data prevista
91 coincidiria com a capacitação do Crescer em Família em Curitiba. A próxima reunião será no dia
92 12/04/13. **PARECER DA COMISSÃO: CIENTE. PARECER CEAS: CIENTE. 1.2- Dúvidas do**
93 **CMAS de Santa Terezinha de Itaipu:** Referente e-mail da Presidente do CMAS de Santa
94 Terezinha do Itaipu, solicitando orientações quanto a não aprovação do Orçamento de 2013 pelo
95 CMAS, a execução de serviços de acolhimento institucional com recursos do Piso Fixo de Média
96 Complexidade e execução de despesas de investimento com recursos do Piso Básico Fixo.
97 **PARECER DA COMISSÃO: Solicitar ao ER de Foz de Iguaçu, que elabore um relatório**
98 **técnico, com visita in loco ao Gestor Municipal e ao CMAS, para apurar os fatos**
99 **relatados e assim subsidiar a orientação deste Conselho ao CMAS de Santa Terezinha**
100 **de Itaipu. PARECER CEAS: APROVADO. 1.3 – Balancete FEAS Janeiro e Fevereiro.** A
101 técnica Marcela Evangelista, apresentou os Balancetes de Janeiro e Fevereiro/2013. **PARECER**
102 **DA COMISSÃO: CIENTE. PARECER CEAS: APROVADO. 1.4 – Superávit FEAS 2012.**
103 **RETIRADO DE PAUTA. 1.5 – Convênios com as Instituições de Acolhimento.** A
104 Coordenadora da Proteção Social Especial, Mara Cristina Ferreira, apresentou os projetos e
105 planos de aplicação, dos convênios de Acolhimento com as entidades sociais, Pequeno
106 Cotolengo, Ação Social do Paraná, APAE Curitiba e Socorro aos Necessitados, que apresentam
107 em seus planos despesas com serviços de saúde, Contabilidade e Jurídicos, que estão em
108 desacordo com a Tipificação do SUAS, para aprovação. A proposta é de que essas despesas
109 sejam aprovados pelo CEAS, para execução durante o exercício de 2013 e, que a partir de 2014,
110 sejam substituídas por outras despesas previstas na Tipificação do SUAS, proporcionando assim
111 que as entidades tenham prazo suficiente para realocarem suas despesas. **Mara Cristina**
112 **Ferreira,** informou ainda que na última reunião já estavam aprovados os planos de aplicação
113 das entidades, com algumas adequações. Foi agendada uma reunião com essas 4 instituições,
114 objetivando proporcionar as necessárias orientações, subsidiar e assessorar, no sentido de
115 inserir outros itens. A partir dos seus relatos, percebeu-se que de imediato não seria possível se
116 ter essas readequações, porque existem recursos firmados para equipamentos, para situações
117 de saúde, já que o público atendido por essas instituições, revelam Grau de Dependência III,
118 necessitando de serviços mais especializados de Assistência Social e também de saúde. Foi
119 questionado pelo **Conselheiro Plínio** se já existe algum tipo de articulação com a Saúde.
120 Segundo a **Coordenadora Mara** (PSE/SEDS), existe uma Comissão de reordenamento, bem
121 como está sendo trabalhado a curto, médio e longo prazo, um Plano Estadual de
122 Reordenamento. Na verdade já se vive a parceria e essa articulação é uma das propostas desse
123 Plano. Dentro da sua experiência na área das APAES, a **Conselheira Roseli Tonello** informou
124 que hoje já é permitido que se faça o atendimento para os transtornos psiquiátricos, com os
125 profissionais sendo pagos pelo SUAS (deficiência intelectual, autismo e outros). Por outro lado,
126 com todo o seu comprometimento, o Professor Flávio Arns pode estar mostrando um caminho
127 muito claro sobre a reorganização dessas entidades. Nesse momento, o Conselheiro Leandro
128 Meller deixou o plenário tendo em vista questões urgentes de trabalho na Secretaria, sendo
129 substituído pela Conselheira Vice-Presidente Inês Roseli Tonello. **PARECER DA COMISSÃO:**
130 **APROVADO. PARECER CEAS: APROVADO. • Balancete do FEAS.** Foi citado pela
131 **Conselheira Roseli** que na Fonte 147, chamou a atenção a nomenclatura Socorro aos

132 Necessitados; foi logo esclarecido que não se tratava de uma ação e sim era o nome de uma
133 entidade. Visando também eliminar possíveis dúvidas, expôs que a participação da Conselheira
134 em evento do FONACEAS, foi paga mediante ressarcimento. • **Aprovado** o relatório da
135 comissão, como também o Balancete mensal do FEAS, com as planilhas distribuídas aos
136 Conselheiros. Foi esclarecido que o item 1.4 referente ao **Superávit FEAS/2012** foi retirado de
137 pauta, a pedido da representante do Grupo Financeiro, sendo novamente incluso nas discussões
138 da Câmara, no próximo mês. • **Comissão de Comunicação, Mobilização e Articulação –**
139 **Relatora:- Conselheira Ataíse 1) Plano Estadual de Capacitação:**O PEC está em execução
140 com capacitações em andamento ocorrendo no Estado, sendo promovido uma atualização pela
141 equipe técnica da SEDS. O documento com alterações será encaminhado a CIB no dia 30 de
142 abril para pactuação, e posteriormente será encaminhado para a Comissão para considerações
143 e posterior deliberação do CEAS. **Parecer : De acordo.** Encaminhamento : solicitar à SEDS o
144 relatório técnico final de todos os cursos previstos no Plano Estadual de Capacitação e os
145 projetos técnicos dos cursos do capacita SUAS. Parecer do CEAS: CIENTE e também aprovando o
146 encaminhamento. **2.1.1 Capacita SUAS:** Participação no 1º Encontro Nacional do Capacita
147 SUAS, reunido pela 1ª vez os Estados e os IES, foram 101 universidades e faculdades
148 credenciados no País. No Paraná são 15 Faculdades / Universidades credenciadas; desta
149 estavam presentes 11 no evento. Foram esclarecidos o papel do Estado e dos IES. No caso do
150 Paraná está sendo adequado o termo de referência visando garantir maior qualidade na
151 prestação de serviços. Parecer da Comissão : De acordo . Parecer do CEAS: De acordo. **2.1.2**
152 **Projeto Pedagógico do curso Desafios Contemporâneos do SUAS:** O Projeto pedagógico
153 do curso “Desafios Contemporâneos do SUAS a ser realizado nos dias 14/ 15 e 16 de maio em
154 Curitiba voltado aos chefes e técnicos dos escritórios regionais e técnicos da SEDS. Busca
155 trabalhar a nova NOB do SUAS. O projeto tem por objetivo atualizar e fortalecer os profissionais
156 envolvidos 100 participantes aproximadamente. **Parecer da Comissão:** O Projeto pedagógico
157 foi aprovado pela Comissão nos itens: nome do curso, justificativa, objetivos, público-alvo,
158 metodologia, inscrições, responsáveis, parceiros, grade programática, recursos, local e data de
159 realização sendo assim na sua totalidade. **Encaminhamento:** De acordo para publicação de
160 deliberação aprovando o referido projeto. **Parecer do CEAS: APROVADO. 2.2 Plano de**
161 **Divulgação das vendas de placas dos automóveis (conteúdo do folder):** A equipe da
162 SEDS está em processo de elaboração dos Folders e acredita-se que para a próxima reunião
163 será possível a apresentação do conteúdo dos Folders. **Parecer da Comissão:** De acordo.
164 **Parecer do CEAS: CIENTE. 2.3 Acompanhamento dos CMAS com pendências na CIB:** A
165 secretária executiva Helena apresentou a relação dos municípios com pendências na CIB. O
166 CEAS promoveu o acompanhamento dos 20 municípios com pendências e destes 9 sanaram os
167 problemas. Helena sugeriu que o CEAS de continuidade no acompanhamento (dos 11 municípios
168 com pendências) junto aos Conselhos Municipais: Marumbi, Maua da Serra, Rio Bom,
169 Adrianópolis, Tunas do Paraná, Godoy Moreira, Salto do Itararé, Ribeirão do Pinhal, Tapira, Nova
170 América da Colina. **Parecer da Comissão:** A comissão entende que o CEAS deva encaminhar
171 ofícios aos CMAS reforçando a necessidade de solucionar essas pendências com devido histórico
172 e orientações. Encaminhe-se ainda cópia desses ofícios a Coordenação e Gestão do SUAS/SEDS
173 para providências junto aos Escritórios Regionais. **Parecer do CEAS: Após esclarecimentos**
174 **das pendências supracitadas, APROVADO. 2.4 Reunião Ordinária e Descentralizada do**

175 **CNAS (Protocolado nº11.917.020-6):** O CEAS recebeu em 15/03 ofício circular acerca da
176 reunião ampliada e descentralizada do CNAS para consulta sobre a possibilidade de sediar na
177 capital do Estado a reunião ampliada do CNAS nos dias 11/ 12 e 13/06 de 2013. Considerando a
178 data de recebimento do ofício e a necessidade de viabilizar deste Conselho a operacionalização
179 da reunião, com logística do evento (licitação do espaço físico, recursos humanos e materiais,
180 materiais impressos, entre outros) para aproximadamente 800 pessoas, bem como este ano
181 contar com 23 Conferências Regionais e Conferência Estadual, entende não ser possível realizar
182 o evento. **Parecer da Comissão:** Enviar ofício do CEAS ao CNAS justificando a não realização
183 do evento. **Parecer do CEAS: APROVADO. 2.5 Relatório de Gestão Estadual:** Está em
184 processo de construção pela equipe técnica da SEDS o relatório de gestão Estadual /2012 com
185 apresentação, introdução, quadro síntese da execução programática com avaliação das ações
186 propostas e o que foi executado. O documento será submetido para apreciação da CIB e
187 posteriormente para a deliberação deste Conselho Estadual. Com relação ao relatório de gestão
188 municipal a coordenadora da Gestão do SUAS Larissa apresentou a proposta da nota técnica
189 elaborada pelo CGS/SEDS para os municípios, apresentando a necessidade da prestação de
190 contas da Gestão para os Conselhos Municipais. O documento apresenta importância do
191 relatório de Gestão e apresenta um modelo do quadro para execução dos serviços. O principal
192 objetivo é dar maior visibilidade e transparências das ações. **Encaminhamento: Ciente do**
193 **processo de construção do relatório de gestão estadual.** Remeter aos CMAS e aos
194 gestores municipais, ofício conjunto da SEDS e CEAS enviando a nota técnica integrada
195 referente ao relatório de Gestão Municipal de Assistência Social. **Parecer do CEAS:**
196 **APROVADO.** Entremendo o relatório foram sendo expostas diversas colocações técnicas pela
197 Conselheira e Técnica Larissa Marzolick, referente ao Relatório de Gestão Estadual. Sugeriu
198 também o encaminhamento de um ofício circular conjunto SEDS/CEAS, dirigido aos órgãos
199 gestores e Conselhos Municipais, com orientações para produção desse instrumento. Na
200 sequência, o plenário foi informado da realização da **Reunião trimestral do Conselho**
201 **Nacional de Assistência Social, com os Estados da Região Sul e Sudeste,** evento esse
202 agendado para os dias 8 e 9 de abril, em São Paulo. Para essa ocasião, o grupo paranaense se
203 fará representar pelas **Conselheiras Larissa e Marcela (Governamentais), Artur e Plínio**
204 **(Sociedade Civil) e Secretária Executiva Helena. • Comissão de Documentação e Rede**
205 **Sócio Assistencial – Relatora Conselheira Roseli. 3.1 Minuta de orientações CEAS e**
206 **CIB/PR sobre elaboração das leis municipais:** O CEAS deliberou anteriormente pela
207 elaboração de orientação conjunta com a Comissão Intergestores Bipartite para apresentação
208 de minuta de projeto para adequação ou criação de lei dos Conselhos Municipais e Política
209 Municipal de Assistência Social. Após alguns aprimoramentos da minuta feito por esta Comissão
210 e decidiu-se pelo encaminhamento para a Assessoria Técnica da SEDS. No entanto, este setor
211 da SEDS ponderou a preocupação que tais orientações sejam vistas pelos municípios como uma
212 determinação da minuta a ser seguida e não como uma mera sugestão deste Conselho. Além
213 disso, deixaria de atender as especificidades de cada município. **Parecer da Comissão:** a
214 Comissão acata a sugestão feita pela assessoria técnica, com acréscimo de que no ofício
215 conste a possibilidade de consulta ao texto do CNAS de orientações gerais do CNAS para a
216 adequação da lei de criação dos conselhos as normativas vigentes e ao exercício do controle
217 social disponível no endereço eletrônico do CNAS: www.mds.gov.cnas. Durante alguns minutos,

218 ocorreram algumas discussões que versaram sobre a elaboração das leis dos Conselhos
219 Municipais e a Política, uma vez que é notória a dificuldade dos Municípios em cumprir essa
220 tarefa. O **Conselheiro Plínio** demonstrou a sua preocupação, no sentido de se preparar um
221 texto orientador que evitaria a utilização de cópias. Foi sugerido pela **Conselheira Larissa** que
222 se transforme a nota técnica em ofício orientador, reforçando algumas questões mais
223 complicadas. Segundo a **Conselheira Delvana**, nas Comissões já se detectou a necessidade de
224 se ter formação continuada. Avaliando a questão, o **Conselheiro Vanderlei** baseou-se que o
225 CEAS deliberou sobre a necessidade de elaborar uma orientação conjunta e também teria
226 autonomia de revogar esse documento. É necessário que o Conselho proceda uma orientação,
227 seguindo a legislação estadual e nacional, dando um prazo para os Municípios regularizarem a
228 Lei. Caso saio o edital e o regulamento antes da Lei ser aprovada, segue-se a legislação vigente.
229 Segundo a **Vice-Presidente Roseli**, cada município tem a sua peculiaridade e por isso ficou-se
230 em dúvida em encaminhar o texto na forma de Lei. Ouviu-se do **Conselheiro Plínio** que o
231 correto seria inserir notas explicativas no texto. O **Conselheiro Presidente Leandro Meller**
232 retornou à plenária intervindo na discussão. Segundo ele, quando a minuta Lei foi encaminhada
233 para a Assessoria Técnica foi ponderado que determinados Municípios possuem realidades
234 distintas, possuindo ou não Núcleos Jurídicos, com equipes organizadas ou não. Sabe-se que as
235 deliberações do CEAS são encaminhados aos Municípios com caráter determinativo. Nesse caso,
236 por mais que seja orientativa, chegará no Município e terão uma Lei que não será operacional.
237 Uma vez postas as ponderações do Presidente a plenária manterá as duas propostas. • **Em**
238 **votação: 1ª proposta:- manter o parecer da Comissão, anexando um ofício orientador**
239 **- 11 votos.** • **2ª proposta:- Concluir a construção da minuta em forma de Lei, com a**
240 **inserção de notas explicativas - 6 votos.** • **Aprovada a minuta por maioria, com as**
241 **abstenções dos Conselheiros Plínio - Artur e Ataíse - APROVADA a revogação da**
242 **decisão anterior. Com 3 abstenções.** **3.2 Resultado das eleições da sociedade civil**
243 **(representantes dos usuários e organização dos usuários) do CEAS/PR, biênio 2012-**
244 **2014.** Preenchimento de 6 vagas, dentre titulares e suplentes de representantes da sociedade
245 civil junto ao CEAS. O resultado preencheu apenas três das vagas existentes. **Parecer da**
246 **Comissão:** considerando que ainda existe três vagas, a comissão sugere novo chamamento
247 para eleição, sendo em caráter de macrorregiões, priorizando a inscrição para a regional
248 detentora da vaga e não havendo inscrição, será ampliada o prazo de inscrições para toda a
249 macro regional. **Parecer do CEAS: APROVADO.** • Na sequência, a **Secretária Executiva**
250 **Helena N. Gimenez** fez algumas considerações sobre o preenchimento das 3 vagas destinadas
251 à Sociedade Civil e que ainda estão em aberto (Londrina, Maringá e Irati). Como consequência, a
252 **Vice-Presidente Roseli**, considerou ser necessário fazer um novo chamamento em nível de
253 macrorregião, visando contemplar a necessidade. Não havendo inscrições no 1º período, abre-se
254 um prazo para inscrição na macrorregião. Completou afirmando que é missão e dever do
255 Conselheiro divulgar os passos necessários (participação na Conferência, inscrição, processo
256 seletivo). O **Presidente Leandro** externou que existem duas alternativas: respeitar o segmento
257 ou a região. Definiu-se por respeitar o segmento, realizando uma eleição com dois momentos de
258 inscrição:- 1º específico para a regional. 2º para outras macros, respeitando sempre o
259 segmento. Foi sugerido pela **Conselheira Ataíse**, que se amplie o número de suplentes,
260 evitando assim trabalhos futuros. Informou a **Secretária Helena**, que seria elaborada uma

261 deliberação com esse conteúdo, para encaminhamento e apreciação dos Conselheiros via e-
262 mail, considerando o curto prazo de tempo. • **Comissão de Políticas Sociais – Relator:-**
263 **Conselheiro Plínio:- 4.1- Dúvidas do CMAS de Santa Terezinha de Itaipu. Parecer da**
264 **Comissão:** Enviar cópia da Nota Técnica emitida pelo CEAS de 02 de junho de 2010 onde
265 esclarece que não cabe à Assistência Social assegurar a distribuição de alimentos e leites
266 especiais. Ressaltamos que, caso algum município atenda esta demanda através da política de
267 assistência a questão apontada, o mesmo está realizando de forma equivocada e, contra a
268 legislação pertinente (SUAS e SUS). **Parecer do CEAS: APROVADO 4.2) Denúncia sobre o**
269 **irregular funcionamento do CRAS de Iguatu. Parecer da Comissão:** Emitir ofício do CEAS
270 ao gestor da política e Prefeito do Município e ao CMAS solicitando esclarecimento quanto à
271 denúncia, tal ofício deve ser encaminhado com cópia ao Escritório Regional. **Parecer do CEAS:**
272 **APROVADO. • Comissão da Frente Parlamentar – Relator:- Conselheiro Leandro e**
273 **Helena N. Gimenez:- 6.1 Relato da reunião realizada com a Deputada Marla Tureck.**
274 Em 03/04 foi agendada uma reunião com a Secretária da Família e Desenvolvimento Social e
275 Deputada Marla. Considerando a ausência da Deputada, a reunião foi realizada primeiramente
276 com a sua Assessora e posteriormente, a Comissão se deslocou à ALEP. Foi discutido sobre o
277 orçamento e a composição da Frente, principalmente sobre as estratégias de sua atuação,
278 visando o fortalecimento da política de Assistência Social no Estado. Assim, a Deputada sugeriu
279 uma reunião junto com o coordenador da Frente, Deputado Lemos, para que a Comissão possa
280 traçar essas estratégias, principalmente no que se refere à vinculação de recursos para o FEAS,
281 entre outros assuntos em tramitação na ALEP, visando a otimização dos encaminhamentos do
282 Conselho. Encaminhou-se então, pela organização da construção de agenda entre CEAS, Frente
283 Parlamentar da ALEP e Secretária Fernanda, para retomar essas discussões. **Parecer da**
284 **Comissão:** A Comissão realizará o levantamento de demandas e repassará para a Secretária
285 Fernanda para auxílio na tramitação desses encaminhamentos; sendo que a primeira atividade,
286 poderá ser a avaliação das Deliberações da última Conferência de Assistência Social. **Parecer**
287 **do Conselho: APROVADO.** Aliado aquilo que já fora dito, o **Conselheiro Presidente Leandro**
288 **Meller** expôs pontos que complementarizavam a questão. Informou que já há algum tempo,
289 tentativas ocorreram de se ter uma agenda entre a Secretária Fernanda Richa e a Deputada
290 Marla Tureck, visando obter uma parceria na construção da Política de Assistência Social, a ALEP
291 como uma Casa de Leis e o CEAS enquanto uma instância de controle social. Na ocasião
292 fizeram-se presentes os Conselheiros Leandro, Gladys, Sandra, Marcela, Roseli e a Secretária
293 Executiva Helena. Considerou-se necessário esclarecer o importante papel da Frente
294 Parlamentar, bem como dessa Comissão, com o papel de ampliar esse debate com a ALEP como
295 um todo, aproximando essa Casa de Leis do Conselho sem entrar em questões políticas,
296 partidárias ou individuais. Nesse contexto, todas essas portas foram abertas, com a precípua
297 necessidade de identificar algumas questões. Em um ano de Conferência, busca-se definir as
298 competências de cada um, construindo uma agenda de trabalho e sua consequente
299 operacionalização. Compartilhando a vivência daquela ocasião, a **Vice-Presidente Roseli**
300 pontuou que a discussão, mantida com a Deputada avançou, serenando os integrantes dessa
301 Comissão que sentiam-se também eufóricos com a aprovação da Lei do repasse Fundo a Fundo.
302 Como resultado do diálogo, houve um apoio para a gestão da Política e defronta-se com muito
303 trabalho a começar pelas propostas das Conferências. Vale lembrar, disse o **Presidente**

304 **Leandro**, ser oportuno identificar nessa construção, o papel de cada um, tendo clareza da
305 origem dos recursos, as competências do Executivo, de cada Secretaria e a tramitação através
306 da ALEP. Ao ser encerrado o período de atividades da manhã, o **Conselheiro Leandro**
307 convocou os Conselheiros para após o almoço, retornarem pontualmente às 13:30 horas.
308 Lembrou a todos que pela manhã a Assembleia seria iniciada às 8:30 horas, porém não havia
309 quórum. Sendo assim, apelou para que o horário fosse cumprido, visando não prejudicar os
310 Conselheiros que precisarão viajar. Por outro lado, o tempo perdido também impede que se
311 aprofundem os assuntos da pauta. Como todos possuem realidades diversas, é necessário que
312 sejam respeitados os contextos pessoais de todos. • **Intervalo para o almoço.** • **Reabertura**
313 **dos trabalhos.** • **Comissão de Organização da Conferência – Secretária Executiva**
314 **Helena :- 1) Estande da X Conferência Estadual de Assistência Social:** Foi aprovado o
315 estande da Secretaria e do CEAS/PR na X Conferência, visando a apresentação do Programa
316 Família Paranaense e das demais ações desenvolvidas pela SEDS. **Parecer da Comissão:**
317 **Aprovado. Parecer do CEAS: Aprovado. 2) Inclusão de Pauta: Uso da Logomarca:** Será
318 realizada uma consulta junto à ASCOM para averiguar a possibilidade do uso da logomarca da X
319 Conferência Estadual de Assistência Social pelos municípios, para a realização das Conferências
320 Municipais. **Parecer da Comissão: Aprovado. Parecer do CEAS: Aprovado o parecer da**
321 **comissão sendo que após consulta caso a resposta seja positiva o projeto de**
322 **comunicação visual sera disponibilizado no site do CEAS. 3)Inclusão de Pauta:**
323 **Distribuição das vagas para as Conferências Regionais e Estadual: Parecer da**
324 **Comissão:** Será disponibilizado aos conselheiros a base de cálculo realizada para a divisão de
325 vagas dos eventos regionais e estadual, visando subsidiar a divisão de vagas para os municípios
326 das regiões de forma a contemplar a participação nas Conferências Regionais, sendo que a
327 divisão das vagas específicas por municípios deverão ser realizadas pelas comissões
328 organizadoras regionais por serem conhecedores das realidades locais possibilitando assim a
329 ampla participação. Também foi trazida a necessidade de estabelecer um percentual de
330 participantes na condição de observadores e convidados sendo estabelecidos o quantitativo
331 equivalente a 25% do número de delegados, sendo essa regra válida para as conferências
332 regionais visto que a definição de convidados observadores para conferência estadual será
333 definida posteriormente. **Parecer do CEAS: Aprovado. 4) Inclusão de Pauta: Dúvidas do**
334 **CMAS de Arapongas:** O CMAS de Arapongas encaminhou e-mail ao CEAS/PR referente a
335 dúvidas na Composição da Comissão de Organização da Conferência, tendo em vista que ela
336 deve ser composta de forma paritária e que os representantes da sociedade civil são passíveis
337 de reeleição. **Parecer da Comissão:** Primeiramente, cabe informar que o Conselho deve
338 observar a sua Lei e o seu Regimento Interno, verificando se há impedimentos que
339 representantes da sociedade civil que desejam integrar novamente o Conselho, compõem a
340 Comissão Organizadora da Conferência Municipal. Orienta-se também que uma vez eleito o
341 conselheiro, ele deve exercer a sua função de conselheiro com idoneidade, e entende-se que o
342 processo eleitoral da sociedade civil ao CMAS não interfere nos atuais trabalhos e demandas do
343 Conselho. Enviando também o informe número dois do CNAS bem como lembrar o papel do
344 Ministério Público no acompanhamento do processo da conferência e eleições. **Parecer do**
345 **CEAS: Aprovado.** Oportunamente, foi informado pelo Presidente Leandro que entrando num
346 processo mais modernizado, a votação doravante será realizada através de urnas eletrônicas.

347 Em certo momento, o **Conselheiro Artur** relatou que nas últimas Conferências, utilizou-se a
348 logomarca da Conferência Nacional, assim os municípios questionaram se poderão usar a
349 logomarca da Estadual para as Conferências Municipais. Segundo a **Conselheira Larissa**
350 (SEDS) será possível agilizar essa consulta, disponibilizando no site o lay-out, com a devida
351 informação. O **Conselheiro Presidente Leandro Meller** ressaltou que foi necessário elaborar
352 um estudo, visando facilitar as questões das Conferências. Exemplificou:- o Escritório Regional
353 de Apucarana tem 13 municípios, tendo portanto garantidas 13 vagas para a Conferência
354 Estadual. Decidiu-se realizar um cálculo, visando ampliar mais 1 vaga, para cada 90 mil
355 habitantes. No caso, Apucarana teria aproximadamente 275 mil habitantes, portanto diante
356 desse critério, seriam mais 3 vagas totalizando 16 vagas para a Conferência Estadual, a serem
357 eleitas na Regional. Essa seria a 1ª etapa. Sabendo o número de delegados que se teria para a
358 Conferência Estadual, foi aplicada uma nova regra. Os Escritórios Regionais que elegerem para
359 a Conferência Estadual de 15 a 20, farão a sua Regional para 60 pessoas, os municípios que
360 tenham de 21 a 25, farão a sua Conferência para 80 pessoas, de 26 a 30 para 100 pessoas pois
361 assim se tem uma proporcionalidade do tamanho de cada Conferência Regional, para se poder
362 tirar o número de Delegados. Esse ensaio de números, disse o Presidente, retornou para alguns
363 acertos, sendo depois disponibilizado. Finalizando o seu raciocínio, fechou-se a Conferência
364 Regional de Apucarana, que abrigará nesse evento, cerca de 80 pessoas. Dessa forma, são 13
365 municípios a serem trabalhados; o Escritório Regional conhece a realidade dos seus municípios,
366 já que todos possuem suas especialidades, seja na quantidade de organizações ou de
367 trabalhadores do setor. Caso essa divisão fosse realizada e centralizada no CEAS, corria-se o
368 risco de ocorrerem serias divergências com essas realidades. Com esse estudo dos cálculos já
369 determinado, é possível contatar o Escritório Regional, apontando:- existem 80 vagas que
370 deverão ser divididas entre os 13 municípios (no caso de Apucarana), sendo 40 Governamentais
371 e 40 da Sociedade Civil e a paridade e proporcionalidade deverão estar garantidas, entre os
372 segmentos da Sociedade Civil, trabalhadores do setor, usuários e prestadores de serviço. A
373 Conferência Estadual foi programada para 504 delegados eleitos nas Conferências Regionais,
374 assim 252 Governamentais e 252 da Sociedade Civil, esses divididos entre 84 entidades
375 prestadoras de serviços, usuários e 84 trabalhadores do setor. Além dessas 504 vagas, conta-se
376 ainda com mais 60 destinadas ao Delegados natos do Conselho. Todos receberão a data das
377 Conferências, sabendo que deverão comparecer como Delegados natos, como também na
378 Estadual, fechando com essa divisão. Outra questão é a participação nas Regionais que somarão
379 2.260 Delegados, sendo 1.130 governamentais e 1.130 não governamentais, esses também
380 divididos entre os três segmentos representativos da Sociedade Civil. O tamanho da Conferência
381 Regional vem com base no tamanho de cada região, quanto ao número de municípios e também
382 de habitantes. Todas essas orientações serão concluídas e submetidas à apreciação dos
383 Conselheiros. Houve a interferência da **Coordenadora Adjunta da Gestão do SUAS/SEDS,**
384 **Elenice Malzoni,** questionando se foi pensado pela Comissão, na expansão desses números,
385 não deixando fechado para as Regionais. Respondeu o **Presidente Leandro,** informando que
386 se faltarem vagas isso poderá ocorrer, porém o momento será quando o Regulamento for levado
387 a público. Sabe-se da necessidade de quantificar previamente o número de participantes e
388 observadores, devido ao levantamento dos materiais a serem confeccionados. O **Conselheiro**
389 **Vanderlei** teve interesse em saber o número de vagas para a Nacional, bem como a escolha do

390 espaço. Soube-se então que o Centro de Convenções foi disponibilizado gratuitamente para a
391 Estadual. Relatando ainda que na próxima reunião da Regional Sul e Sudeste do CNAS (8 e 9 de
392 abril, em São Paulo), constarão as informações faltantes sobre a Conferência. Após algumas
393 discussões, foi **APROVADO** o percentual de **25%** do número de delegados para observadores e
394 convidados, destinados às Conferências Regionais (**constante do relatório**). Segundo o
395 **Presidente Leandro**, a convocação poderá já sair, independente da questão do Regulamento,
396 uma vez que trata-se de um chamamento aos Fóruns. Já o citado Regulamento deverá ser
397 levado a público, com uma antecedência razoável com relação ao início das Conferências
398 Municipais a serem iniciadas no mês de maio. Tendo em vista as inúmeras e produtivas
399 contribuições dadas pela técnica **Elenice Malzoni**, hoje Coordenadora Adjunta do SUAS, junto à
400 SEDS, foi feita uma referência ao seu importante trabalho já desenvolvido, enquanto Presidente
401 do CEAS há cerca de 10 anos passados, enquanto esse Colegiado era abrigado na Secretaria de
402 Estado da Criança e Assuntos da Família – SECR. Na sequência, a palavra foi dada à **Vice-**
403 **Presidente Roseli Tonello** apontando o importante acompanhamento a ser dado pelo
404 Ministério Público, ao processo de eleição da Sociedade Civil no novo mandato dos CMAS. •
405 **Comissão de Revisão do Regimento Interno – Relatora:- Secretária Helena:- 1)**
406 **Proposta de alteração do Regimento Interno do CEAS/PR: Parecer da Comissão:** Será
407 enviado por e-mail aos conselheiros, e antes da próxima reunião do Conselho, os conselheiros
408 deverão retornar com as contribuições. A proposta final do Regimento será apresentada para a
409 Comissão em Maio e se possível, será agendada uma reunião extraordinária em junho/2013
410 para aprovação final do Regimento. **Parecer do Conselho: Aprovado. 2)Alteração do**
411 **processo eleitoral do CEAS: Parecer da Comissão:** Ampliar o debate nos Fóruns para
412 legitimar a nova proposta de eleição da sociedade civil, tal processo será realizado em 3 etapas:
413 1ª) Localizar os Fóruns ativos e solicitar mobilização a respeito do tema. 2ª) Fomentar essa
414 discussão nas Conferências Regionais, através de consulta e pesquisa do novo processo
415 eleitoral. 3ª) Apresentação da proposta na Conferência Estadual do novo processo eleitoral.
416 **Parecer do CEAS: Aprovado.** Reavaliou o **Presidente Leandro** apontando a necessidade de
417 se buscar um respaldo maior na participação da sociedade como um todo. Buscar esse
418 apanhado de opiniões nas Conferências Regionais, fazendo uma consulta pública sobre como
419 fazer o processo de eleição da Sociedade Civil. Esse conjunto de opiniões irá subsidiar,
420 validando ainda mais a sua construção. • **Reorganização do FOREAS – Norte Pioneiro.** O
421 Fórum Regional de Assistência Social do Norte Pioneiro está se reorganizando e neste último dia
422 3 foi realizada reunião na cidade de Wenceslau Braz. Esta reorganização se deu na reunião do
423 ER de Jacarezinho que tinha demandas regionais a serem informadas, pequena capacitação
424 referente aos trabalhos da SEDS, e o ACEITE dos municípios em relação ao Programa Família
425 Paranaense. Informes do COGEMAS, inclusive estendendo o convite para reunião de gestores
426 em São Paulo, com a possível participação da Associação dos Municípios - AMUNORPI no
427 traslado dos interessados. A reunião de reorganização se deu em um espaço cedido pelo ER que
428 apoiou e fomentou tal iniciativa. Ficou estabelecido: 1) Todos os participantes da reunião que
429 tivessem interesse na participação do FOREAS seriam acolhidos, posto que algumas demandas
430 de trabalho logo de início seriam de fundamental importância para se obter um grupo grande e
431 coeso. Prontamente todos os integrantes se dispuseram a fazer sua parte. 2) Estabeleceu-se
432 uma diretoria executiva que terá a seguinte tarefa: a) Estabelecer um site de contato que

433 facilite as interlocuções, b) Organizar a reunião de trabalho do dia 07 de maio que acontecerá
434 no CRAS da cidade de Jaboti; c) Reunir-se no dia 06 de maio a fim de elaborar as dinâmicas de
435 trabalho, contando com: sensibilização, relato da reunião anterior, apresentação da minuta de
436 regimento interno que já estará postada no site para considerações de todos os integrantes do
437 fórum, pauta de agenda com a AMUNORPI a fim de considerar a presença do FOREAS-NP nas
438 reuniões ordinárias do CEAS/PR, a fim de articular a região nas atividades de construção do
439 SUAS no Estado, minuta de diagnóstico regional das demandas reprimidas dos municípios que
440 necessitam fomentar ações regionalizadas, utilização dos instrumentos de gestão a fim de
441 verificação dos avanços e desafios regionais. d) Criação de GE - Grupo de Estudo que terá a
442 tarefa de realizar pequenas capacitações a fim de nivelar-se o conhecimento das questões da
443 política AS (Assistência Social), demandando a intersetorialidade necessária aos avanços
444 propostos. e) Arregimentar os atores das diversas políticas a se integrarem ao Fórum. No
445 diálogo apresentado durante a reunião de formação, percebeu-se que o Relato no Censo Suas
446 está corrompido devido as informações não serem fidedignas, uma vez que as pendências
447 apresentadas pelo MDS aos municípios e que esses deveriam (caso suas pendências já tivessem
448 sido sanadas) realizar uma reunião do CMAS, a fim de emitir resolução de pendências
449 superadas, já que o número desta resolução deveria ser informado pelo ER no Site do MDS e
450 assim concluir o processo. Nesta verificação, percebeu-se que os municípios que apresentavam
451 situação regular em relação ao CRAS, equipe completa, número de famílias por território, etc,
452 tiveram pendências a serem sanadas, e já os municípios que não tem equipe, os CRAS estão
453 desaparelhados, etc, não tiveram pendências a relatar ao MDS. O que deixou a seguinte
454 questão: nem todos os relatos do Censo condizem com a realidade do município, parcialmente
455 ou não. E, como a dinâmica do RH dos municípios tem sido muito veloz, muitas equipes já estão
456 desfalcadas na entrada de novo gestor municipal. O interesse é buscar os municípios,
457 verificando suas atas e visitando os equipamentos de AS a fim de observar os desvios de
458 informação, caso hajam, o que levará algum tempo, já que a região possui 23 municípios. Ouviu-
459 se da **Vice-Presidente Roseli** que as discussões estão sendo profusas:- os CRAS ainda não
460 estão definidos pois com as novas gestões suas equipes estão fragmentadas. Não é possível
461 fazer vistas grossas pois busca-se uma Assessoria Técnica no Município e não se encontra.
462 Segundo o **Presidente Leandro**, precisam ser criados novos procedimentos, para se encontrar
463 um mecanismo de acompanhamento. Garantiu a **Conselheira Gladys** que o Setor de Vigilância
464 Social da SEDS já está providenciando a verificação do funcionamento real dos CRAS= a
465 realidade com relação a Recursos Humanos é outra, justamente pela mudança de gestão. Foi
466 citado pela **Coordenadora Larissa** que algumas reflexões estão sendo feitas junto ao MDS e
467 tanto a SEDS quanto os Escritórios tem mostrado preocupação diante da dimensão desse
468 processo. Os municípios tem planos de providências e o monitoramento é contínuo, porém
469 quando os dados chegam, as realidades já são outras. A melhor saída seria tirar um GT do CEAS
470 para fortalecer junto a CIB e Coordenadorias técnicas (situações de monitoramento). Lembrou a
471 **Coordenadora Letícia Reis** que o CENSO por mais que seja uma fórmula, acaba servindo para
472 poucos meses, pois as realidades mudam. O monitoramento é uma função do Poder Executivo
473 Estadual, retratando a necessidade de obter maiores informações para exercer o controle social.
474 Os Escritórios Regionais encontram-se lá na ponta, fazendo esse acompanhamento sistemático.
475 Sugeriu reunir a Comissão que já existe e trazer uma proposta ao Conselho. Foi relatado pelo

476 **Conselheiro Plínio** que existem informações inverídicas colocadas no sistema, o que é ruim.
477 Esforços devem ser encetados para amigavelmente, levar os municípios a assumirem esse
478 papel. Avaliou o **Presidente Leandro** que tais assuntos deveriam ser pautados na Câmara do
479 **Conselheiro Plínio**. Esse concordou informando que se houver necessidade de se fazer uma
480 interlocução com os Escritórios, com a CIB e MP, assim será. “Devemos ser corporativos nessa
481 construção, existem responsabilidades setoriais mas também conjunta”, assegurou o
482 **Conselheiro**. • **APROVADO**. Nesse momento registrou-se a solicitação do **Conselheiro**
483 **Eugênio Demchuk** que iria ausentar-se do plenário, tendo em vista necessidade de se fazer
484 presente em um sepultamento. Pedindo um espaço, a Coordenadora da PSE/SEDDS, **Mara**
485 **Ferreira** informou os Conselheiros que na próxima Assembleia do CEAS estará realizando uma
486 explanação do Plano Estadual de Convivência Familiar e Comunitária. Já a partir de 15 e 16 de
487 abril acontecerá um evento intitulado: “**Capacitação Social com Famílias**”, que objetiva
488 qualificar esse atendimento nos CREAS e Serviços de Acolhimento. A SEDS será contemplada
489 com vagas para os Escritórios Regionais disseminarem essa metodologia através dos seus
490 técnicos, daqueles que atuam em gestão Municipal e CREAS. • **Programa Família**
491 **Paranaense – Coordenadora Letícia Reis**. Exercendo a sua função, a Coordenadora do
492 Programa referiu-se ao evento ocorrido em Guarapuava, quando foram assinados 112 termos de
493 adesão com os Srs. Prefeitos ou seus representantes. A ocasião contou com a presença maciça
494 de autoridades, Secretário de Estado da Saúde, Infraestrutura e Logística, Trabalho, Emprego e
495 Economia Solidária e inúmeros Deputados das regiões. Nesse mesmo evento, foi lançada uma
496 linha de crédito específica para as famílias do Programa, envolvendo as parcerias da Agência de
497 Fomento do Paraná, mais a SEDS e Secretaria de Trabalho. Esses grupos familiares terão acesso
498 a um crédito de até R\$ 4.000,00, para aqueles que possuem perfil empreendedor. Referiu-se a
499 uma modalidade AFAI que abrange o atendimento prestado a famílias de adolescentes
500 cumprindo medidas socioeducativas nos CENSES. Esse edital está aberto e constam no site os
501 150 municípios que congregam essa clientela. Já foram recebidos 48 projetos e criou-se um
502 fluxo de encaminhamento dos nomes dessas famílias diretamente para os CREAS. Foi solicitado
503 ao CEAS para que seja elaborado um ofício dirigido aos CMAS, informando que o seu Município é
504 elegível e que poderá utilizar esses recursos. A minuta desse documento deverá ser
505 encaminhada e a Secretaria Executiva providenciará a remessa. O índice de vulnerabilidade
506 além da renda, envolve habitação, falta de documentação, analfabetismo, na verdade é um
507 leque ampliado de indicadores que levaram a indicar esse grupo. Segundo **Letícia Reis**,
508 transferir renda para essas famílias não significa dar para quem é mais pobre, entendendo que é
509 preciso dirigir o recurso para quem realmente precisa. O número estimado para receber R\$
510 76,00 é de 106 mil famílias. Será aprovada uma Lei genérica para depois fazer uma
511 regulamentação junto ao Conselho. Numa breve fala, a **Vice-Presidente Roseli Tonello**
512 apontou que o Conselheiro representante da região deverá estar presente, quando da realização
513 de reuniões regionalizadas de divulgação e capacitação. É o controle social da Política. Já a
514 **Conselheira Sandra Costa** (SETI) justificou a sua ausência no período da manhã. Informou
515 estar compondo a Comissão de avaliação dos projetos da Universidade Sem Fronteiras, cabendo
516 a essa Comissão o critério de desempate. A Conselheira externou que colocava então esse das
517 famílias em vulnerabilidade. Sugeriu ser possível induzir ou prever a participação do Conselheiro
518 no Comitê local, assunto esse sempre incluso nas suas falas. Reforçou a **Coordenadora Letícia**

519 **Reis**, deixando registrada a sugestão da participação dos Conselheiros. Esses terão portas
520 abertas para participarem do Comitê Regional, já que representam um coletivo de municípios.
521 Num breve momento, o **Conselheiro Vanderlei** questionou o funcionamento do Comitê
522 Estadual do Programa Família Paranaense. Relatou a **Coordenadora Letícia** que desse Comitê
523 participam 18 Secretarias de Estado, cujos representantes reúnem-se pelo menos uma vez por
524 mês, visando discutir e propor ações estratégicas. Já nas reuniões conta-se com as Secretarias
525 que tem ações descentralizadas, montando-se uma estrutura com a Agricultura, Emater, Meio
526 Ambiente, os Censes, as Universidades, empresários e outros mais, sendo importante que os
527 Conselheiros participem também dessa rede. Baseando-se num cronograma, a **Coordenadora**
528 **Letícia Reis** divulgou a relação de reuniões regionalizadas do projeto, com suas respectivas
529 datas, visando possibilitar a presença dos Conselheiros nessas ocasiões. Um comunicado será
530 remetido para os Escritórios Regionais para que solicitem aos 130 municípios que aderiram ao
531 programa, que confirmem essa adesão à metodologia, com posterior assinatura de um novo
532 termo. • **Construção dos CRAS – Coordenadora da PSB – Gladys Tortato.** Num rápido
533 informe, foi explicitado que em 2009 foram liberados recursos para a construção de 43 CRAS.
534 Desse número, muitos já foram inaugurados, restando 8 cujas obras estão com problemas,
535 reiniciadas, tais construções precisam ser concluídas ainda este ano, sem prorrogações. Diante
536 disso, a **técnica Gladys** solicitou o apoio do Conselho, para proceder um contato com os CMAS,
537 que terão como função estar junto dos Gestores Municipais para a rápida conclusão dessas
538 obras. Ressaltou o **Presidente Leandro Meller** que tendo em mãos a listagem das obras, a
539 Secretaria Executiva encaminhará os ofícios. Foi lembrado ainda que através de uma
540 deliberação de 2012, o CEAS apoia a construção de novas unidades de CRAS, para os municípios
541 de pequeno porte que não possuíam tais serviços ou que estavam em sedes compartilhadas. No
542 foco do assunto, o **Presidente Leandro** pontuou que a Coordenadoria traz em informe que
543 trabalha em cima de critérios já aprovados. Um edital será elaborado em cima dos critérios
544 dessa Resolução: a contrapartida dos municípios será de 12% do valor da obra, mais terreno e
545 equipamentos. • **Parcial dos Planos de Providências, respondidos pelos Municípios –**
546 **CRAS/2010.** Foi informado que até o dia 24, os Escritórios Regionais estarão alimentando o
547 sistema, com algumas soluções já verificadas. • **Informes sobre a reunião do FONACEAS**
548 **pela Vice-Presidente Inês Roseli Tonello.** Esse importante evento aconteceu de 13 a 15 de
549 março de 2013 em Recife, sendo prestigiado por representações de inúmeros Estados.
550 Representando o CEAS/PR, a Conselheira Vice-Presidente abriu espaço para resumir alguns
551 pontos que considerou importantes, para compartilhar com os Conselheiros. 1º) O Regimento
552 Interno do Fórum Nacional passou por 5 Coordenações, faltando a definição da Mesa Diretora.
553 2º) A Região Sul será representada pelo Estado do Paraná, sendo registradas as constantes
554 ausências de Santa Catarina. Segundo opinião do Coordenador Geral, foi sugerido que o Paraná
555 assumira essa função. O próximo evento será realizado em junho, em Macapá, capital do Amapá.
556 3º) Entre muitas discussões, falou-se do pouco conhecimento que se tem da NOB, devendo os
557 Conselhos reservar um espaço de tempo para esse estudo, 4º) Retomada de um GT, com a
558 função de levantar subsídios sobre a Resolução nº 16. 5º) Foram abordadas discussões sobre os
559 temas das Conferências. 6º) A nível nacional não existe uma Mesa de negociações. Denunciou-
560 se a criação de nomes fantasias dados aos profissionais de Serviço social que atuam nos
561 municípios, visando fugir das responsabilidades. 7º) Referindo-se ao entendimento do Fundo,

562 verificou-se que nenhum Estado tem a Lei aprovada e regulamentada e o Paraná está próximo
563 disso. O único Estado que se manifestou foi o Espírito Santo, que só possuía a aprovação. 8º)
564 Recursos que sobrarem no final do ano, deverão retornar ao Tesouro. 9º) Importância da
565 definição dos critérios de partilha. 10º) Importância de um link no site do Conselho, visando bem
566 nortear a fiscalização. 11º) Reservou-se um momento para cada representação estadual
567 discorrer sobre o avanço da sua Política (conflitos entre os dois segmentos, choques de ideias
568 foram pontos abordados). De forma surpreendente para todos,naquele evento a **Conselheira**
569 **Roseli** enfatizou o bom relacionamento e a unidade existentes no Colegiado paranaense. 12º)
570 Fechamento de CRAS com a ascensão de novos Prefeitos, prejudicando a Política. 13º) Gestores
571 novos com pouco conhecimento em relação à Política e o retorno de pessoas com caráter
572 assistencialista. 14º) Processo de revisão do Regimento Interno, achando louvável separar a
573 questão da eleição. 15º) Foi noticiado que a Lei do repasse Fundo a Fundo já se encontra na
574 Assembleia Legislativa. 16º) O Estado do Paraná sediará a próxima reunião do FONACEAS em
575 novembro de 2013. Foi a vez do **Presidente Leandro** informar que o Conselho já encaminhou
576 correspondência ao FONACEAS, questionando sobre os requisitos necessários para sediar o
577 referido conclave. Até o momento, não se teve a resposta. Numa decorrência direta do que
578 havia sido dito, a **Coordenadora Larissa M. Tissot** (Gestão do SUAS) colocou que na última
579 reunião de 2012 fez-se um combinado:- quando alguém for designado para participar de um
580 evento, deverá munir-se de um documento de registro de evento, que permite ampliar o
581 debate. Externou a Coordenadora que é a quarta vez que traz esse assunto para o plenário e os
582 Conselheiros continuam participando de eventos, trazendo as informações da mesma maneira.
583 Alertou os Conselheiros: se não houver concordância, muda-se o encaminhamento. Demonstrou
584 a **Vice-Presidente** que de fato esse deverá ser o procedimento, sem dúvida a ser adotado nas
585 próximas ocasiões. Propôs ainda a **Coordenadora Larissa:-** caso não haja tempo suficiente, o
586 assunto não deverá ser pautado, sendo enviado preliminarmente a todos os Conselheiros, com
587 pauta na Comissão da próxima reunião. A devolutiva do prazo para retorno será decidida na
588 Câmara. Finalizando o assunto, a **Conselheira Roseli** citou que o FONACEAS deverá repassar
589 um check-list pontuando os elementos necessários para a realização da reunião no Estado do
590 Paraná. Rememorou que o evento de Salvador transcorreu num espaço semelhante à Sala dos
591 Conselhos da SEDS, em Recife idem. A ideia seria construir o evento a partir do que os outros
592 Estados vem realizando, pois a implementação passa pela decisão do Estado. Por conta da
593 impossibilidade de participação das conselheiras Maysa e Maria Auxiliadora (anteriormente
594 indicadas pelo Conselho para participação na reunião regionalizada do CNAS em São Paulo), o
595 **Conselheiro Plínio** externou que na próxima semana representará o Conselho na reunião
596 regionalizada organizada necessitando pois do formulário para elaborar o relatório. A
597 **Secretária Executiva Helena** confirmou que estará enviando o citado documento, e o fará
598 para os quatro Conselheiros que irão para São Paulo (Reunião regionalizada do CNAS, com os
599 Estados das Regiões Sul e Sudeste), conforme Deliberação nº014/2013 CEAS/PR. Encerrando-se
600 a Assembleia, a **Conselheira Vice-Presidente Roseli Tonello** procedeu um agradecimento
601 penhorado dirigido a todos os Conselheiros, pela presença e contribuições apresentadas,
602 desejando-lhes um feliz retorno. **Encerramento:** O Presidente agradeceu a presença dos
603 Conselheiros e demais convidados, encerrando a Assembleia Ordinária. A presente ata foi

604 gravada e redigida por Regina Amasiles Rodrigues Costa (SEDS), digitada e formatada por Ana
605 Paula Cordeiro Casagrande, sendo a Secretaria Executiva Helena Navarro Gimenez.